



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo de Seleção Interna

Funções Estratégicas

DIRETOR ADJUNTO DE UNIDADE ESCOLAR

Data: 06/11/2011
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 55 (cinquenta e cinco) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Língua Portuguesa	Conhecimentos de Gestão	Conhecimentos de Informática	Estatuto do Servidor Público do Estado do Rio de Janeiro	Conhecimentos Específicos	DIESP
01 a 08	09 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 50	51 a 55

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Processo de Seleção Interna o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, note book, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova. O candidato não poderá levar consigo o Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de nº 01 a 07.

O PAPEL DA ESCOLA NAS FINANÇAS

Recentemente a ideia de educação financeira transformou-se numa espécie de “conceito-ônibus”: todos parecem estar de acordo quanto a sua importância. O que pouco se discute são as faces desconhecidas que o conceito assumiu.

5 Assim, embora pareça haver um entusiasmado consenso sobre as escolas assumirem o processo de educar crianças e jovens em relação ao dinheiro, é preciso cautela para que, no ímpeto, bugalhos não sejam tomados por alhos.

10 Preocupa o exagero das atribuições que se espera ver cumpridas pelas escolas no Brasil. Está claro que o ambiente escolar deve servir como palco para reflexão e transformação dos alunos.

No entanto, em todo o mundo, a educação financeira é um assunto que cabe prioritariamente às famílias. Transferir essa responsabilidade para as escolas é ingenuidade ou oportunismo.

15 Nessa trama, o papel das escolas, embora importante, será sempre menor. A rigor, lhes cabe lapidar a percepção crítica dos alunos em relação ao consumo exacerbado e, por extensão, à louvação vulgar e estúpida da acumulação de dinheiro.

20 De outro lado, reconheça-se, o mundo mudou e a escola precisa atualizar-se. Não pode livrar-se de discutir a interdependência que sobressalta países, nem fechar os olhos à necessidade de readequação dos conteúdos pedagógicos.

Mas, acima disso tudo, a escola não tem o direito de continuar a ausentar-se de sua responsabilidade essencial: ensinar a leitura
25 fluente e a escrita correta.

É evidente que, se as crianças não tiverem acesso a esse mínimo, não encontrarão condições de inserção profissional que garantam renda para poupar, investir ou endividar-se com discernimento. Que não se perca de vista: educação financeira é
30 importante. Mas não faz milagres.

Por fim, existe uma distorção na crença de que é possível ensinar crianças a manejar finanças. Sejamos claros: dinheiro é assunto de gente grande. Crianças não são pequenos adultos.

A educação financeira voltada a elas não pode prescindir da
35 noção de longo prazo. É por isso que ensinar uma criança a fazer um orçamento doméstico faz tanto sentido quanto ensiná-la, com diagramas na lousa, a manobrar um carro.

(Cássia D'Aquino, *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 2011)

01. O emprego dos dois pontos no 1º e no penúltimo parágrafo serve para introduzir, respectivamente:

- A) uma explicação / uma explicação
- B) uma explicação / uma explicação
- C) uma explicação / uma explicação
- D) uma ratificação / uma ratificação
- E) uma ratificação / uma ratificação

02. A referência às “faces desconhecidas” (l. 3/4) é explicitada no segmento:

- A) “...consenso sobre as escolas assumirem o processo de educar crianças e jovens...” (l. 5/6)
- B) “...bugalhos não sejam tomados por alhos.” (l. 7/8)
- C) “...exagero das atribuições que se espera ver cumpridas.” (l. 9/10)
- D) “...palco para reflexão e transformação dos alunos.” (l. 11)
- E) “...assunto que cabe prioritariamente às famílias.” (l. 13)

03. A responsabilidade imprescindível atribuída a todas as escolas, segundo o contexto, deve ser:

- A) ensinar a ler e a escrever apropriadamente
- B) educar financeiramente, mas com cautela, os alunos
- C) ensinar a refletir sobre os problemas atuais
- D) educar para que as crianças e jovens visem à ascensão social
- E) ensinar os alunos a poupar dinheiro, com foco no futuro

04. A referência a “esse mínimo” (l. 26/27) a que as crianças devem ter acesso possibilita-lhes, em primeiro lugar:

- A) contextualizar-se socialmente
- B) inserir-se profissionalmente
- C) auferir rendimentos decentes
- D) poupar dinheiro
- E) investir financeiramente

05. O acento grave indicativo de crase é facultativo no segmento:

- A) “...quanto a sua importância.” (l. 3)
- B) “...prioritariamente às famílias.” (l. 13)
- C) “A rigor, lhes cabe...” (l. 16)
- D) “...por extensão, à louvação...” (l. 17/18)
- E) “...fechar os olhos à necessidade...” (l. 21)

06. Dentre as expressões destacadas, aquela que foi empregada por coesão referencial anafórica é:

- A) “...todos parecem estar...” (l. 2)
- B) “...que, no ímpeto, bugalhos...” (l. 7)
- C) “Nessa trama, o papel...” (l. 15)
- D) “...sempre menor. A rigor...” (l. 16)
- E) “Sejamos claros...” (l. 32)

07. O autor estabelece contato direto com o leitor no segmento:

- A) “Preocupa o exagero das atribuições...” (l. 9)
- B) “Transferir essa responsabilidade...” (l. 13/14)
- C) “De outro lado, reconheça-se...” (l. 19)
- D) “Que não se perca de vista...” (l. 29)
- E) “Sejamos claros: dinheiro é assunto...” (l. 32/33)

08. Considerando as normas de Redação Oficial, é **incorreto** afirmar que:

- A) Nas comunicações oficiais, o registro de impressões pessoais não deve ocorrer, mesmo que se explicitem nominalmente no documento o signatário e o destinatário.
- B) Considera-se correto o seguinte cabeçalho de uma Ata: “Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e onze, às quatorze horas, na sala de reuniões da Escola Professor XXXXXX, teve início o....”
- C) Em caso de o destinatário ocupar o cargo mais elevado do órgão, o teor da saudação, inserida no fecho do expediente, deve ser nos seguintes termos “Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e mais alta consideração”.
- D) Nos Ofícios que encaminham documentos, da introdução deve constar, inicialmente, a informação acerca do motivo da comunicação, seguindo-se os dados completos do documento que está sendo encaminhado, como no exemplo: “Em atendimento à solicitação constante do Ofício 234/XXX, segue, em anexo, o Relatório de Atividades desenvolvidas por esta Diretoria no período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010”.
- E) Nas correspondências oficiais, a informação deve ser prestada com a observância aos requisitos de clareza e concisão, utilizando-se o padrão culto da língua.

CONHECIMENTOS DE GESTÃO

09. As características do mercado de trabalho influenciam o comportamento dos candidatos a emprego. Se o mercado de trabalho está em situação de procura, influencia as práticas de recursos humanos quando:

- A) as oportunidades de trabalho são menores do que a procura por elas
- B) os critérios de seleção são mais flexíveis e menos rigorosos
- C) as ofertas salariais são estimulantes para atrair candidatos
- D) há investimentos em treinamento para compensar a inadequação dos candidatos
- E) o investimento em recrutamento é utilizado para atrair candidatos

10. O processo pelo qual a organização divulga, oferece e, ao mesmo tempo, atrai os candidatos para o processo seletivo, corresponde:

- A) à seleção de pessoas
- B) ao treinamento de pessoas
- C) ao recrutamento de pessoas
- D) ao desenvolvimento de pessoas
- E) a modelagem do trabalho

11. No modelo clássico ou tradicional de desenho de cargos, cada operário trabalha segundo o método e seguindo as regras e procedimentos estabelecidos. Esse é um dos aspectos principais da:

- A) fragmentação do trabalho
- B) apêndice da máquina
- C) permanência
- D) ênfase na eficiência
- E) variedade

12. A remuneração por competência é uma maneira de remunerar de acordo com a contribuição pessoal de cada funcionário à organização e incentivar a participação das pessoas na condução dos negócios. Com base no exposto, ela apresenta como uma vantagem:

- A) a avaliação de desempenho não afeta a remuneração da pessoa
- B) a identificação dos pontos fortes e fracos de cada funcionário
- C) apenas os executivos recebem bônus relacionado com as metas
- D) a possível diferença salarial entre os funcionários que ocupam o mesmo cargo
- E) o pagamento do salário é previamente estabelecido para o cargo

13. Dentre os três estilos básicos de liderança, a orientação para a tarefa enfatiza:

- A) a realização das metas e a definição e estruturação das atribuições ao grupo de trabalho
- B) o desenvolvimento amistoso do grupo e as boas relações interpessoais
- C) a experimentação e a mudança de cada participante em relação ao grupo e à organização
- D) o estilo certo de liderança em relação aos interesses particularizados da organização
- E) a definição de procedimentos e processos independentemente dos resultados do grupo

14. O gerenciamento está relacionado à criação de ordem e constância, ao passo que a liderança diz respeito a lidar com a:

- A) estabilidade
- B) incerteza
- C) pressão
- D) mudança
- E) ordem

15. “Uma análise sobre as definições de liderança constata que é comum a todas a noção de que os líderes são indivíduos que, por suas ações, facilitam o movimento de um grupo de pessoas rumo a uma meta comum ou compartilhada”. (ROBBRINS, 2000)

As pessoas que nas organizações atuam como líderes, mas que não detêm posições formais de liderança são denominadas líderes:

- A) regulamentados
- B) gerentes
- C) emergentes
- D) espirituais
- E) conselheiros

16. Quando uma administração se contenta plenamente em manter a continuidade de uma boa situação está adotando a estratégia de:

- A) crescimento
- B) *downsizing*
- C) penetração
- D) defesa
- E) estabilidade

17. Na estratégia de foco proposta por Porter (*apud* Robbins, 2000), a meta é explorar um segmento estreito do mercado. Contudo, a viabilidade dessa estratégia é dependente:

- A) do tamanho do segmento e de sua capacidade para suportar o custo adicional desse foco
- B) do poder de barganha da organização junto aos fornecedores e compradores
- C) da lista de atributos e benefícios que uma organização pode explorar
- D) da eficiência em operações e economias de escala
- E) da quantidade de substitutos e da facilidade de novos entrantes no mercado

18. Sempre que possível, os objetivos devem ser quantitativos. Quando enunciados dessa forma, os objetivos são também chamados de:

- A) numéricos
- B) operacionais
- C) estratégicos
- D) metas
- E) financeiros

19. O processo de tomar decisões é a sequência de etapas que vai desde a identificação de uma situação que oferece um problema ou oportunidade até a escolha e colocação em prática de uma ação ou solução. Segundo Maximiano, 2004, quando a decisão é colocada em prática, “o ciclo se fecha”. Contudo, a decisão tomada pode demandar outras decisões, porque:

- A) o problema não foi resolvido
- B) houve falhas na execução
- C) a decisão tomada foi insuficiente
- D) o problema não foi identificado
- E) cria uma situação nova

20. Dentre as cinco fases principais do processo de resolução de problemas, a fase de diagnóstico busca:

- A) a concepção de alternativas
- B) o julgamento
- C) o entendimento
- D) a avaliação
- E) o problema

21. Uma árvore de decisões permite visualizar:

- A) os campos de forças para explicar comportamentos
- B) todas as forças restritivas para um único problema
- C) todas as alternativas por meio de ações programadas
- D) todos os resultados das decisões para lidar com incertezas
- E) as forças indutoras de problemas conhecidos

22. As dimensões processuais correspondem aos meios que precisam ser trabalhados para o alcance dos resultados, e são desdobradas em:

- A) condições ambientais e resultados
- B) avaliação interna e externa
- C) autossustentação e ensino-aprendizagem
- D) condições ambientais e ensino-aprendizagem
- E) ensino-aprendizagem e aprovação sem recuperação final

23. A implementação da Matriz de Capacitação tem beneficiado várias escolas como solução para melhorar:

- A) as competências da equipe profissional
- B) a participação dos pais nos eventos da escola
- C) o rendimento escolar dos alunos
- D) as condições socioambientais
- E) as competências financeiras

24. O método utilizado pela GIDE (Gestão Integrada da Escola), utilizado para ajudar a escola a alcançar sua metas e resolver os problemas que restringem os resultados, é denominado:

- A) PDE
- B) PDCA
- C) PPP
- D) SWOT
- E) PMMEB

25. A redução do tempo para a aquisição das competências, atitudes e habilidades previstas nos parâmetros curriculares nacionais do MEC é um dos benefícios da padronização para:

- A) os funcionários
- B) a liderança
- C) os professores
- D) a escola
- E) os alunos

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

26. Observe a especificação abaixo para um Netbook.

Netbook Samsung N150-BD1 c/ Intel Atom N455, 2GB, 320GB, Leitor de Cartões, Wireless, Bluetooth, Webcam, LED 10.1" e Windows 7



As referências **320 GB** e **Intel Atom N455** dizem respeito, respectivamente, aos seguintes componentes:

- A) memória principal e microprocessador
- B) disco rígido e sistema operacional
- C) disco rígido e microprocessador
- D) pendrive e sistema operacional
- E) pendrive e microprocessador

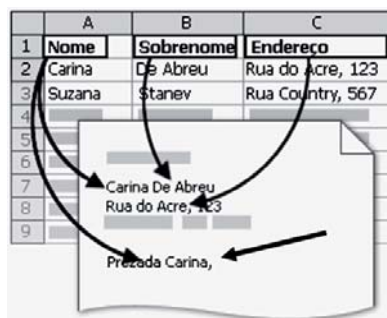
27. Observe a figura abaixo, que mostra uma janela Windows Explorer no Windows7BR, no sistema operacional Windows 7 BR.



A janela é utilizada para acessar o conteúdo da pasta PDF_LIVROS na conta SEEDUC, com destaque para o fato de que todos os arquivos armazenados nessa pasta estão selecionados. Para realizar a seleção de todos os arquivos na pasta PDF_LIVROS, foi executado o seguinte atalho de teclado:

- A) Alt + A
- B) Alt + T
- C) Shift + A
- D) Ctrl + T
- E) Ctrl + A

28. Observe a figura abaixo, que ilustra o uso da Mala Direta no Word 2007 BR, e mostra a adição de espaços reservados a um documento.



Após conectar o documento principal a um arquivo de dados, um usuário estará pronto para digitar o texto do documento e adicionar espaços reservados que indicam o local onde as informações exclusivas aparecerão em cada cópia do documento. Para inserir o campo Nome de mala direta no documento principal, como exemplificado em **Preczada Carina**, é utilizada, no lugar de **Carina**, a seguinte sintaxe:

- A) << Nome >>
- B) \$\$ Nome \$\$
- C) ?? Nome ??
- D) ## Nome ##
- E) && Nome &&

29. Observe a planilha abaixo, criada no Excel 2007 BR.

	A	B	C	D	E	F
1	HIGHTEC INFORMÁTICA					
3	PROJETO	2009	2010	2011	Maior Valor	Soma
4	ALFA	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 4.500,00
5	BETA	R\$ 3.700,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.700,00	R\$ 9.900,00
6	GAMA	R\$ 2.600,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 7.600,00
7					Soma parcial	R\$ 22.000,00
8					10% da soma parcial	R\$ 2.200,00
9					Total	R\$ 19.800,00

Nela foram inseridas as seguinte expressões:

- em E4, que representa o maior valor dentre todos no intervalo de B4 a D4. A partir de E4, foram copiadas expressões análogas para E5 e E6.
- em F4, que representa a soma dentre todos os valores no intervalo de B4 a D4. A partir de F4, foram copiadas expressões análogas para F5 e F6.
- em F7, que representa a soma dos valores contidos em F4, F5 e F6.
- em F8, que representa 10% do valor de F7.
- em F9, que representa a subtração de F7 por F8.

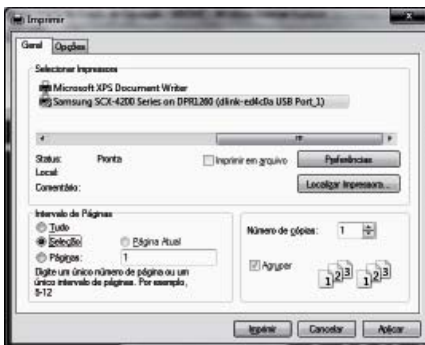
As expressões inseridas em E5 e F8 são, respectivamente:

- A) =MÁXIMO(B5:D5) e =PORCENTAGEM(10;F7)
 B) =MAIOR(B5:D5) e =PORCENTAGEM(10;F7)
 C) =MÁX(B5:D5) e =PORCENTAGEM(10%*F7)
 D) =MÁXIMO(B5:D5) e =10%*F7
 E) =MAIOR(B5:D5) e =10%*F7

30. Um internauta acessou o site da SEEDUC, cujo endereço é <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/> por meio do browser Internet

Encontre em um mesmo espaço serviços públicos facilitando a vida do cidadão e do empresário.

Explorer 8 BR e selecionou o trecho. Para imprimir o trecho selecionado, esse internauta deve executar um atalho de teclado, que mostrará na tela a janela abaixo.



Nessa janela, ele marca o botão **Seleção** e, para finalizar, em **Imprimir**. O atalho de teclado corresponde à seguinte alternativa:

- A) Alt + P
 B) Ctrl + P
 C) Shift + P
 D) Ctrl + R
 E) Alt + R

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

As questões de nº 31 a 35 referem-se ao Decreto nº 2479, de 08 de março de 1979, que aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro

31. Em relação à concessão de férias, o Estatuto estabelece que o funcionário terá direito, por ano de exercício, a:

- A) trinta dias úteis de férias, que somente poderão ser acumuladas por imperiosa necessidade do serviço, até o máximo de dois períodos, sendo vedado considerar como férias qualquer falta ao serviço
 B) trinta dias consecutivos de férias, que somente poderão ser acumuladas por imperiosa necessidade do serviço, até o máximo de três períodos, sendo possível o desconto nas férias de eventuais faltas ao serviço
 C) trinta dias consecutivos de férias, que somente poderão ser acumuladas por imperiosa necessidade do serviço, até o máximo de dois períodos, sendo vedado considerar como férias qualquer falta ao serviço
 D) trinta dias úteis de férias, que somente poderão ser acumuladas por imperiosa necessidade do serviço, até o máximo de três períodos, sendo vedado considerar como férias qualquer falta ao serviço
 E) trinta dias consecutivos de férias, que somente poderão ser acumuladas por imperiosa necessidade do serviço, até o máximo de três períodos, sendo vedado considerar como férias qualquer falta ao serviço

32. Ao tratar das penalidades a que estão sujeitos os funcionários, o Estatuto estabelece que a pena de suspensão será aplicada em casos de "falta grave", "desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão" e "reincidência em falta já punida com repreensão". Determina ainda que:

- A) durante a suspensão, que não poderá exceder a noventa dias, o funcionário penalizado perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo
 B) durante a suspensão, que não poderá exceder a cento e oitenta dias, o funcionário penalizado manterá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo
 C) durante a suspensão, que não poderá exceder a quarenta e cinco dias, o funcionário penalizado perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo
 D) durante a suspensão, que não poderá exceder a noventa dias, o funcionário penalizado manterá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo
 E) durante a suspensão, que não poderá exceder a cento e oitenta dias, o funcionário penalizado perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo

33. Em relação ao prazo de prescrição de faltas cometidas por funcionários, o Estatuto determina que começa a ser contado a partir da data do evento sujeito à punição disciplinar e é interrompido pela abertura de inquérito administrativo. Nesse contexto, uma falta não prevista como crime na lei penal, mas sujeita à pena de demissão ou destituição de função prescreverá em:

- A) seis anos
 B) cinco anos
 C) quatro anos
 D) três anos
 E) dois anos

34. O funcionário poderá obter licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que prove ser indispensável sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo. Nesse caso, a licença será concedida ou prorrogada a pedido do funcionário, nas seguintes condições:

- A) com vencimento e vantagens integrais nos primeiros doze meses, e com dois terços por outros doze meses, no máximo
- B) sem vencimento e vantagens, por um período de doze meses, prorrogável uma única vez
- C) com vencimento e vantagens integrais nos primeiros vinte e quatro meses, e com cinquenta por cento por outros vinte e quatro meses, no máximo
- D) sem vencimento e vantagens, por um período de vinte e quatro meses, prorrogável, no máximo, duas vezes
- E) com vencimento e vantagens integrais nos primeiros seis meses, e com cinquenta por cento por outros dois períodos iguais, no máximo

35. O Estatuto estabelece que os dirigentes de unidades administrativas são competentes para aplicação de penas disciplinares não decorrentes de processo administrativo disciplinar e somente nos casos de:

- A) advertência, afastamento temporário e multa
- B) advertência, repreensão, suspensão até trinta dias e multa correspondente
- C) advertência e afastamento temporário
- D) advertência, repreensão e disponibilidade
- E) advertência, repreensão, suspensão até sessenta dias, multa e jubilação

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. De acordo com Veiga (2010), “um projeto pedagógico politicamente comprometido deverá (re)estruturar a escola em articulações coerentes”.

O projeto, concebido de tal forma, vai imprimir uma unidade interna na escola, que se expressa de diversas maneiras. Analise, abaixo, algumas possíveis maneiras:

- I- nos modos de conceber, organizar e desenvolver o currículo
- II- na fragmentação das ações educativas para atender às especificidades das disciplinas
- III- nas formas de orientar o processo metodológico de condução do ensino
- IV- nas relações amplas e complexas do cotidiano escolar, responsáveis pelas aprendizagens significativas
- V- na consolidação de valores e no desenvolvimento da cultura

Os aspectos que indicam a existência de uma unidade interna na escola são, apenas, os de números:

- A) I, II, III, IV
- B) I, III, IV, V
- C) II, III, IV, V
- D) I, II, IV, V
- E) I, II, III, V

37. O currículo construído coletivamente pelos membros da escola e trabalhado em sala é “enriquecido”, implicitamente de diferentes formas: pela ideologia dos grupos, por concepções valorativas, por fatos relevantes vivenciados na instituição, por momentos específicos vividos pela comunidade. Essas situações contribuem significativamente para a manutenção ou não da hegemonia no desenvolvimento do currículo. Além disso, a cultura vivida por alunos e por professores em suas vidas cotidianas, fora da escola, ultrapassa as propostas do currículo real, elaborado, e se desloca para um outro, um currículo que considera e valoriza a experiência real das pessoas envolvidas. Esse outro currículo pode ser chamado de:

- A) escolar
- B) externo
- C) oculto
- D) funcional
- E) oficial

38. João Carlos é professor de uma escola de Ensino Médio. Trabalhando com a turma um determinado assunto do livro didático adotado, o professor é interpelado por um aluno sobre a atualidade daquela matéria. O jovem explica que, poucos dias antes, tinha acessado um site na Internet, onde leu que havia novos conhecimentos sobre o conteúdo que estava sendo trabalhado. Os novos conhecimentos acrescentavam dados novos ao que estava no livro. Diante da situação, João Carlos, que se preocupa em valorizar a produção de conhecimentos e as contribuições trazidas pelos alunos, deve:

- A) acatar a informação do aluno como verdadeira, indicando à turma que esse novo conhecimento será incorporado aos demais obtidos no livro didático
- B) incentivar a turma a pesquisar mais o assunto trazido pelo colega para, numa próxima aula, avaliarem juntos as novas informações
- C) esclarecer que a Internet, apesar de ser meio de transmissão do conhecimento, tem muitos sites não confiáveis
- D) recomendar à turma que estude pelo livro didático adotado, explicando que a prova terá o livro como base.
- E) impor-se ao aluno, confirmando que o livro adotado é atual e suas informações estão corretas

39. A linha tradicional de ensino teve a sua origem no século XVIII, a partir do Iluminismo. O objetivo principal era universalizar o acesso do indivíduo ao conhecimento. A pedagogia tradicional teve suas ideias bem definidas e aceitas mas, como oferecia certa resistência em aceitar inovações, foi considerada ultrapassada nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, ainda hoje, o Brasil tem um número considerável de escolas declaradamente tradicionais, e um número maior ainda de escolas que, apesar de um discurso atualizado, têm uma prática pedagógica efetivamente tradicional. De acordo com Luckesi (2008), a escola tradicional **não** apresenta a seguinte característica:

- A) o professor, como guia do processo educativo, com a função de transmitir conhecimentos e informações em sala de aula
- B) aulas expositivas, com muita teoria e exercícios sistematizados para a memorização
- C) distância entre professor e alunos, que se comportam como “elementos passivos” em sala de aula
- D) atividades que permitem ao aluno tirar dúvidas e construir hipóteses
- E) avaliações periódicas, por meio de provas, que medem a quantidade de informação que o aluno conseguiu apreender

40. Segundo Luckesi, “a avaliação educacional escolar pode ser caracterizada como uma forma deajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo”. Desse conceito, pode-se depreender que, essencialmente, a avaliação:

- A) Pressupõe uma boa utilização de instrumentos de medida.
- B) Tem como função primordial a classificação, de acordo com um padrão definitivamente determinado.
- C) É sinônimo de provas, exames e notas que visem ao ENEM.
- D) Tem papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento.
- E) Serve, prioritariamente, para a promoção ou reprovação dos alunos.

41. “O conhecimento produzido em qualquer área, por mais amplo que seja, representa, apenas de modo parcial e limitado, a realidade ...”.

Lück (2007)

Considerando o pensamento de Lück, o conhecimento é um fenômeno inacabado, pois, a cada momento, novas questões e novas descobertas o vão atualizando e completando. Nesse sentido, o professor de Ensino Médio, em sua prática pedagógica, deve se aproximar da realidade e questionar algumas de suas crenças. E a gestão da escola deve estimular o diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento para a ampliação das possibilidades de explicação desses conhecimentos. O diálogo entre as disciplinas se dá por meio da interdisciplinaridade e é capaz de formar uma verdadeira rede de conhecimentos, que deve levar o professor a:

- A) elaborar e realizar todas as avaliações junto às outras disciplinas
- B) selecionar e eliminar vários itens do seu conteúdo
- C) optar pelo abandono definitivo das tradicionais provas escritas da disciplina
- D) cumprir, da forma possível, todos os conteúdos tradicionais da disciplina
- E) reconhecer, problematizar e relativizar situações e informações

42. O Art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, dispõe sobre a organização da educação básica, nos Níveis Fundamental e Médio, de acordo com determinadas regras comuns. Dentre elas, a lei estabelece que, para a verificação do rendimento escolar, determinadas regras devem ser consideradas. Analise algumas delas.

- I- obrigatoriedade de estudos de recuperação para os casos de baixo rendimento escolar
- II- avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos
- III- adoção de avaliações processuais e formativas, privilegiando notas e conceitos
- IV- possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação do aprendizado
- V- possibilidade de aproveitamento de estudos concluídos com êxito

Os critérios de verificação do rendimento escolar, previstos no art. 24 da LDB, são:

- A) I, II, IV, V
- B) I, II, III, V
- C) I, III, IV, V
- D) II, III, IV, V
- E) I, II, III, IV

43. Mariana assumiu há poucos meses o cargo de diretora de uma grande escola estadual de Ensino Médio. A instituição, com seu numeroso corpo de alunos, um espaço físico de grandes proporções, uma equipe permanentemente preocupada com a falta dos alunos às aulas, enfrenta problemas de toda ordem. Ao ser eleita para essa função, ela teve alguns problemas no reconhecimento de sua autoridade e precisou tomar algumas medidas para dar continuidade à gestão. Assumindo com determinação as suas responsabilidades, Mariana definiu, como meta inicial de trabalho, gerir e mediar os conflitos existentes na unidade escolar, no sentido da construção de novos valores de convivência democrática na escola. Uma das atitudes que ela adotou, apropriada aos seus objetivos, foi:

- A) formar turmas com os grupos de alunos mais indisciplinados, de modo a promover maior apoio a esses alunos e manter o controle da situação
- B) definir com clareza os objetivos de sua gestão e comunicá-los a todos os segmentos que compõem a comunidade escolar
- C) criar projetos e parcerias que favoreçam o desenvolvimento de uma cultura de boa convivência na escola
- D) dispor de mais funcionários para controlar a disciplina fora da sala de aula
- E) limitar o espaço e a circulação das famílias dos alunos na unidade

44. A governança refere-se:

- A) à atividade em geral do governo
- B) à capacidade política de governar
- C) à capacidade administrativa e financeira
- D) ao grupo que constitui o governo
- E) às habilidades técnica e política combinadas

45. Quando, na administração pública contemporânea, fala-se em prestação de contas dos resultados da gestão, para maior transparência, usa-se um estrangeirismo. Trata-se da expressão:

- A) *new public management*
- B) *accountability*
- C) *rational choice*
- D) *managerism*
- E) *governability*

46. A expressão “tipo-ideal” refere-se:

- A) à pessoa que preenche todos os requisitos para o cumprimento das obrigações da função pública, segundo o Estatuto do Funcionário Público
- B) a uma figura de linguagem usada por Bresser Pereira para representar um modelo de comportamento adequado à administração pública brasileira
- C) a um modelo construído com base em idealizações do filósofo Habermas, acerca do funcionário da esfera pública
- D) a uma construção metodológica de Max Weber, tendo em vista analisar a realidade, e usada para efeito do estudo da burocracia
- E) à descrição do modo ótimo de funcionar, criada pela reforma do Estado e usada pelas organizações públicas eficientes para treinar seus servidores

47. Com a promulgação da Constituição de 1988, os direitos da cidadania:

- A) aumentaram
- B) diminuíram
- C) permaneceram os mesmos
- D) aumentaram só parcialmente
- E) diminuíram só parcialmente

48. Dwight Waldo, conhecido teórico americano, defendendo a especificidade da administração pública em uma de suas obras, frequentemente comentada por autores brasileiros, disse:

- A) “Na administração pública não há custos para as realizações. Isto torna indispensável operar as repartições públicas segundo princípios inteiramente diferentes dos aplicados para o setor privado, que visa à obtenção de lucro, daí os preços precisarem considerar os custos incorridos”.
- B) “Na administração pública há preço de mercado para as realizações. Isto torna viável operar as repartições públicas segundo princípios inteiramente semelhantes aos aplicados para o setor privado”.
- C) “Na administração pública não há preço de mercado para as realizações. Isto torna possível operar as repartições públicas segundo princípios inteiramente semelhantes aos aplicados para o setor privado, desde que este deixe de visar ao lucro”.
- D) “Na administração pública há e não há preço de mercado para as realizações. Isto torna variável operar as repartições públicas segundo princípios inteiramente diferentes ou inteiramente semelhantes aos aplicados para o setor privado, que visa à obtenção de lucro. A questão é meramente prática”.
- E) “Na administração pública não há preço de mercado para as realizações. Isto torna indispensável operar as repartições públicas segundo princípios inteiramente diferentes dos aplicados para o setor privado, que visa à obtenção de lucro”.

49. A administração pública indireta é constituída por:

- A) autarquias, empresas públicas, sociedades de interesse público e fundações públicas
- B) autarquias, empresas públicas, sociedades por ações e fundações
- C) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas
- D) empresas públicas, sociedades autárquicas, fundações e serviços essencialmente públicos
- E) sociedades de economia mista, autarquias, empresas públicas e fundações públicas e privadas

50. A OSCIP, em seu aspecto formal, é:

- A) uma organização que pode ser privada ou pública
- B) uma organização de direito público
- C) uma organização mista
- D) uma organização de direito privado
- E) uma organização de direito social

DIESP

51. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, ao apresentar os Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo, recomenda que as entidades de atendimento e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade, de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão orientar e fundamentar a sua prática pedagógica em determinadas diretrizes pedagógicas.

Dentre as afirmativas apresentadas abaixo, aquela que **contraria** as diretrizes pedagógicas recomendadas pelo Sinase é:

- A) As medidas socioeducativas têm, acima de tudo, uma natureza sociopedagógica, embora sua concepção básica seja de natureza sancionatória, na medida em que responsabilizam judicialmente os adolescentes, estabelecendo restrições legais.
- B) O Projeto Pedagógico deve orientar a elaboração dos demais documentos institucionais, como o regimento interno e as normas disciplinares, e sua efetiva operacionalização implica o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas de modo compartilhado.
- C) As ações socioeducativas devem propiciar concretamente a participação crítica dos adolescentes na elaboração, no monitoramento e na avaliação das práticas sociais desenvolvidas, de modo que, como sujeitos sociais, exercitem a responsabilidade, a liderança e a autoconfiança.
- D) Embora as ações desenvolvidas pela equipe multiprofissional – técnicos e educadores – sejam diferenciadas, essa diferenciação não deve gerar uma hierarquia de saberes, o que poderia impedir a construção conjunta do processo socioeducativo de forma respeitosa, democrática e participativa.
- E) Em um ambiente socioeducativo, a questão disciplinar requer acordos definidos na relação entre todas as pessoas envolvidas, razão pela qual a disciplina deve ser vista tão somente como instrumento de manutenção da ordem institucional, e não como instrumento norteador do sucesso pedagógico.

52. O Parecer CNE/CEB nº 4/2010 – Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais – estabelece algumas orientações a serem obedecidas na oferta dessa modalidade de educação.

A alternativa que apresenta corretamente uma dessas orientações é:

- A) A pessoa privada de liberdade ou internada, desde que possua perfil adequado e receba preparação especial, poderá atuar em apoio ao profissional da educação, auxiliando-o no processo educativo, desde que não em sua substituição.
- B) As ações educativas não poderão ser desenvolvidas mediante vinculação a unidades educacionais e a programas que funcionam fora dos estabelecimentos penais.
- C) A oferta de Educação Profissional nos estabelecimentos penais deverá seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, exceto no que concerne ao estágio profissional supervisionado.
- D) As ações educativas deverão ser oferecidas preferencialmente em horário noturno, deixando livre o período diurno para atividades laborativas.
- E) As ações educativas serão financiadas por recursos públicos destinados à modalidade de Educação de Jovens e Adultos, desde que não integrantes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

53. Por ocasião de uma vinda anterior ao Brasil, visitando uma prisão em Florianópolis, pude ler o seguinte cartaz feito por um preso: "Aprendemos sempre, mesmo quando não queremos aprender".

(...)

O que se aprende na prisão e por quê? O que todos aprendem na prisão não são programas detalhados, módulos estruturados ou currículos pensados por especialistas em educação. Na prisão, como em outros lugares, há necessidades. Necessidades e urgências. Necessidade e urgência de sobreviver no universo carcerário, necessidade e urgência de conhecer as redes de influência, necessidade e urgência de integrar as atitudes que serão positivamente tomadas em consideração para uma saída mais rápida da prisão, necessidade e urgência de saber como melhorar seu cotidiano, necessidade e urgência de guardar um mínimo de intimidade, necessidade e urgência de simplesmente existir. Nessas condições, aprende-se rápido e vai-se direto ao essencial.

(...)

Este é um trecho de "Aprender e Desaprender", trabalho apresentado durante o Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, realizado em Brasília em julho de 2006, por Marc De Maeyer, pesquisador sênior no Instituto da UNESCO para Educação ao Longo da Vida.

Ao final desse trabalho, o autor apresenta algumas conclusões sobre o tema "educação na prisão".

A alternativa que explicita uma das conclusões de Marc De Maeyer, que está diretamente relacionada com o texto acima, é:

- Uma bom argumento para se conquistar os meios financeiros necessários ao desenvolvimento de programas de educação na prisão é a constatação inequívoca de que ela diminui a taxa de reincidência dos egressos.
- A educação na prisão, mais do que representar para o preso um instrumento de construção da confiança em si mesmo e de suas relações sociais, deve ser justificada em função de sua finalidade econômica.
- A remição de pena pela educação não deve ser adotada, mantendo-se apenas a remição pelo trabalho, pois o acesso a um processo educativo organizado e garantido pelo poder público é um direito de todos e, por conseguinte, dos presos.
- Educar é propor um conteúdo em contradição com a aprendizagem informal da prisão e com as mensagens veiculadas pelos colegas e pela televisão. Educar é ir ao encontro de uma pessoa em situação incoerente e transitória.
- A partir da análise do contexto específico e das demandas implícitas do dia a dia do preso, a educação na prisão deve ser entendida prioritariamente com um "treinamento" direcionado ao trabalho, fundamental para a sua sobrevivência após o cumprimento da pena.

54. Hugo Rangel, pesquisador e pós-doutorado na Universidade de Quebec, desenvolveu vários projetos sobre educação nas prisões. No Seminário Nacional sobre Educação nas Prisões, apresentou o trabalho "Perspectiva comparada de práticas educativas: síntese para vincular a educação e a justiça".

Com base nas observações registradas por Rangel, considere as duas afirmativas abaixo.

1. Uma das características que conferem maior eficácia a programas educativos desenvolvidos nas prisões é a sua efetiva articulação com as comunidades e as famílias dos presos.

2. Os programas educativos nas prisões devem identificar os presos que representam um perigo social e que necessitam de tratamento psicológico, adotando, nesses casos, uma pedagogia terapêutica.

De acordo com o autor, é correto afirmar que:

- Nenhuma das duas afirmativas é correta.
- Apenas a primeira afirmativa é correta.
- Apenas a segunda afirmativa é correta.
- Ambas as afirmativas são corretas, mas a segunda não complementa a primeira.
- Ambas as afirmativas são corretas, e a segunda complementa a primeira.

55. Produção e efetivação de políticas para a educação nas prisões é responsabilidade de governos. Os fóruns de EJA, os movimentos ligados aos direitos humanos, de mulheres, de afrodescendentes, dentre outros, exercem papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas destinadas aos excluídos. Todavia, o diagnóstico da realidade das prisões demonstra desarticulação entre as ações governamentais (MEC, MJ, SEE, dentre outras esferas de governo) e ausência da sociedade civil, o que dificulta o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para a educação desses sujeitos.

(Delzair Amâncio da Silva: "Responsabilidade sobre a educação nas prisões: Estado e sociedade civil" in Cereja discute educação em prisões)

Em seu texto, Silva destaca a importância do compartilhamento de ações entre o Estado e a sociedade civil para o cumprimento do direito à educação de qualidade e a sua oferta efetiva e capaz de atender à enorme demanda existente. Nesse contexto, relaciona algumas ações que competem ao Estado e outras que competem à sociedade civil.

Dentre as ações apresentadas abaixo, a única que a autora considera como uma competência típica do Estado é:

- propor políticas de acesso e permanência nos três segmentos da EJA com perspectivas de qualificação para o trabalho e ingresso à universidade pública e gratuita
- fiscalizar com rigidez a oferta de cursos de curta duração e a distribuição de certificados sem efetividade e qualidade
- fortalecer a participação das famílias e estimular a criação de grupos de apoio
- programar ações afirmativas de geração de trabalho e renda que contribuam para a superação da desigualdade socioeconômica dos educandos
- participar na construção, monitoramento e controle social das políticas públicas para a educação nas prisões em todos os níveis de governo